

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



(pormenor de tapeçaria de Portalegre -
museu da tapeçaria de Portalegre Guy Fino)

MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO SEMESTRAL

(01.01.2017 A 30.06.2017)

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

Maria João Lobo

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

INDÍCE

I.	INTRODUÇÃO	4
II.	ESTADO DOS SERVIÇOS.....	5
II. 1.	MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	5
II. 2.	TÉCNICOS DE JUSTIÇA.....	6
III.	QUALIDADE DA RESPOSTA.....	8
A.	CRIMINALIDADE GERAL.....	8
A.1.	INQUÉRITOS CRIME.....	8
A.2.	COMPARAÇÃO ENTRE JUÍZOS LOCAIS.....	9
A.3.	PROCESSOS SUMÁRIOS.....	10
A. 4.	CRIMINALIDADE MAIS PARTICIPADA.....	11
A.5.	CRIMES CONTRA AS PESSOAS.....	12
B.	CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	13
B.1.	CARACTERIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS PARTICIPADAS	14
B.1.1.	Violência doméstica em relações de intimidade.	14

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

B.1.1.1	Perfil das vítimas e agressores.....	14
B.1.1.2.	Estado da relação no momento dos factos.	15
B.1.1.3	Local dos factos.....	16
B.2.	RELAÇÕES ASCENDENTES/DESCENDENTES (10 CASOS)	16
B.2.1	Perfil das vítimas e agressores.....	16
C.	ACIDENTES DE TRABALHO.....	17
D.	URAV – UNIDADE DE REFLEXÃO E APOIO À VÍTIMA.....	18
D.1.	Criação da URAV.....	18
D.2.	Objetivos da URAV.....	18
D.3.	Trabalho realizado.....	19
E.	O MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMUNIDADE.....	20
E.1.	Protocolo na área informática.....	20
E.2.	Redes de violência doméstica.....	20
E.3.	Esclarecimentos e ações de sensibilização à população...	21
IV.	CONCLUSÕES.....	22

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

RELATÓRIO SEMESTRAL

I. INTRODUÇÃO:

Nos termos do disposto no art.º 101º, nº 1, alínea b) da LOSJ compete ao Magistrado do Ministério Público Coordenador “*elaborar um relatório semestral sobre o estado dos serviços e a qualidade da resposta*”.

No presente relatório entendeu-se, para melhor compreensão da resposta dada pelo Ministério Público às questões que lhe são colocadas e demonstração da melhoria da eficácia de resposta desta magistratura na comarca, fazer uma análise comparativa com anteriores semestres.

Para o efeito foram obtidos os dados estatísticos no sistema CITIUS/estatísticas, após o dia 01.07.2017.

Quaisquer divergências com outros dados que venham posteriormente a ser obtidos, serão sempre pontuais e não significativas, resultando as mesmas de reconhecidas incongruências decorrentes da não consolidação dos dados nesse sistema informático.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

II. ESTADO DOS SERVIÇOS:

II. 1. MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

No presente semestre o quadro de magistrados do Ministério Público esteve preenchido conforme se discrimina no quadro que segue:

Juízos Locais	Magistrados
Elvas	3 procuradoras-adjuntas ¹ e uma substituta de PA
Fronteira	1 procuradora-adjunta
Nisa	1 procurador-adjunto ²
Ponte de Sor	2 procuradoras-adjuntas
Portalegre	3 procuradoras-adjuntas
Juízos Centrais	2 procuradores da República

No período em que não esteve colocado nenhum magistrado no tribunal de Nisa o serviço desse tribunal foi assegurado pelas magistradas colocadas em Portalegre.³

Face à ausência de uma magistrada no tribunal de Elvas procedeu-se à afetação a outros magistrados de todos os processos urgentes da titularidade da mesma – designadamente crimes de violência doméstica, abuso sexual de menor, violação – assegurando-se o acompanhamento dos demais processos pelas magistradas de turno àquele tribunal⁴.

Como adiante se verá, os magistrados colocados na comarca de Portalegre neste semestre souberam dar resposta adequada e atempada a todo o serviço distribuído, exercendo as suas funções de forma empenhada e com o espírito de solidariedade e demonstração de total disponibilidade que sempre os caracterizou.

¹ 1 procuradora-adjunta em falta desde 05.05 por motivo de incapacidade temporária para o trabalho.

² A partir do dia 06 de março, data da aceitação da nomeação, tendo exercido funções durante 76 dias úteis dos 118 do semestre (exercício de funções em 64,4% do período semestral)

³ OS nº 2/17, de 11.01

⁴ Magistrada ausente ao serviço desde o dia 05.05.2017. OS nº 8/17, de 30.05 e despacho nº 19/17, de 19.05. Exerceu funções em 72 dias úteis dos 118 do semestre (exercício de funções em 61% do período semestral)

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

II. 2. TÉCNICOS DE JUSTIÇA:

As faltas de técnicos de justiça agravaram-se face ao relatado em anteriores relatórios.

Assim de 16 técnicos de justiça previstos na Portaria nº 93/2017 de 06.03 apenas estiveram em exercício de funções 12 (75% do quadro legal).

Juízos locais	Quadro legal ⁵	Em exercício de funções
Elvas	3 (1 técnico de justiça adjunto e 2 técnicos de justiça auxiliares)	4 ⁶
Fronteira	2 técnicos de justiça adjuntos ⁷	0
Nisa	2 técnicos de justiça adjuntos ⁸	1
Ponte de Sor	2 (1 técnico de justiça adjunto e 1 técnico de justiça auxiliar)	2 ⁹
Portalegre	6 (1 técnico de justiça principal, 3 técnicos de justiça adjuntos e 2 técnicos de justiça auxiliares)	4
Juízos centrais	1 técnico de justiça adjunto	1

Os problemas mais graves surgiram em **Fronteira** e juízo local de **Avis** onde os serviços do MP funcionaram sem qualquer técnico de justiça que lhes desse apoio, apesar do quadro legal aí prever a colocação de 2 técnicos-adjuntos.

Este apoio teve assim de ser assegurado, com a anuência e boa vontade das Senhoras juiz presidente da comarca e juiz do juízo local, por uma escrivã daquele tribunal.

⁵ Portaria nº 93/2017 de 06.03

⁶ Sendo 1 destacado

⁷ Sendo um em Fronteira e outro no juízo local de Avis

⁸ Sendo um em Nisa e outro no juízo local de Castelo de Vide

⁹ Sendo 1 destacado

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

A falta de técnicos de justiça em Portalegre tem tido repercussão no estado dos serviços da comarca, originando dificuldades que só não foram mais sentidas devido à boa-vontade, voluntarismo e grande dignidade profissional dos oficiais de justiça que aqui exercem funções, e que sempre demonstraram total disponibilidade para trabalharem fora das horas e dias normais de trabalho.

Tais dificuldades virão a aumentar significativamente caso seja aprovado o projeto de movimento de oficiais de justiça já publicado na página da internet da DGAJ¹⁰, nos termos do qual, com a saída de um técnico de justiça de Ponte de Sor a que acresce o projetado fim do destacamento de outros dois técnicos em Ponte de Sor e Elvas, estes tribunais ficarão, sem qualquer técnico de justiça nos serviços do Ministério Público de Ponte de Sor, e reduzidos a dois técnicos no tribunal de Elvas.

Este último tribunal é, da comarca, o que tem maior pendência processual e maior volume de processos entrados.

¹⁰ Ofício-circular n.º 8/2017 (DSRH/DRGRH) de 10 de Julho - Projeto do movimento dos oficiais de justiça de junho de 2017.
<http://www.dgaj.mj.pt/sections/destaques/home-ie-esq/oficio-circular-n-8-2017>

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

III. QUALIDADE DA RESPOSTA:

Os serviços do Ministério Público apresentaram uma melhoria substancial face aos anos anteriores.

Tal é patente na análise comparativa da criminalidade na comarca e na resposta do Ministério Público em todos os processos, designadamente nos inquéritos-crime.

Assim:

A. CRIMINALIDADE GERAL:

A.1. INQUÉRITOS CRIME:

A criminalidade participada no primeiro semestre do corrente ano aumentou 8% face a idêntico período do ano anterior. Apesar disso o número de inquéritos criminais findos (com despacho de arquivamento, acusação ou suspensão provisória) aumentou de 8% para 10,9%, situando-se a taxa de resolução processual em 116,8%.¹¹

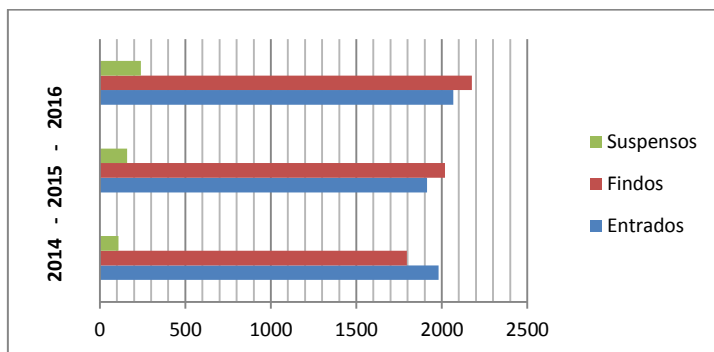
1º semestre - comparação			
Inquéritos	2015	2016	2017
Transitados	2175	2762	2808
Entrados	1982	1914	2068
Total	4157	4676	4876
Findos	1795	2019	2176
Suspensos	108	159	240

¹¹ A taxa de resolução processual corresponde ao rácio do volume total de processos findos sobre o volume total de processos entrados. Sendo igual a 100%, o volume de processos entrados foi igual ao dos findos, logo, a variação da pendência é nula. Sendo superior a 100%, ocorreu uma recuperação da pendência. Quanto mais elevado for este indicador, maior será a recuperação da pendência efetuada nesse ano.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



Significativa foi a importância que o Ministério Público deu às suspensões provisórias de processos¹² que aumentaram 122% face a 2014 e 50,9% face a 2015.

Tal procedimento caracteriza-se pela celeridade processual, trazendo benefícios a todos os envolvidos e menores custos para a justiça.

A.2. COMPARAÇÃO ENTRE JUÍZOS LOCAIS:

Com a entrada em vigor em 01.01.2017 do DL nº 40-A/2016, de 22.12, que alterou a LOSJ, foi criado o juízo de competência genérica de Nisa abrangendo a área de competência territorial dos municípios de Nisa e de Castelo de Vide, anteriormente da competência do juízo local de Portalegre.

Por outro lado o município de Monforte deixou de pertencer à área de competência territorial do juízo local de Fronteira para passar a pertencer ao juízo local de Portalegre.

Contudo e apesar de tais alterações Fronteira aumentou o número de entradas de inquéritos (mais 4,5% que no ano anterior).

O juízo local onde mais aumentou o número de participações criminais foi o de Elvas (mais 17,9% que em idêntico período do ano anterior), registando os demais juízos (Ponte de Sor e

¹² Solução processual, respeitante a crimes puníveis com pena de prisão não superior a 5 anos, em que o Ministério Público, com o acordo do arguido, do assistente e do juiz, determina a sujeição do arguido a regras de comportamento ou injunções durante um determinado período de tempo; caso as mesmas não sejam cumpridas, pelo arguido, é deduzida acusação.

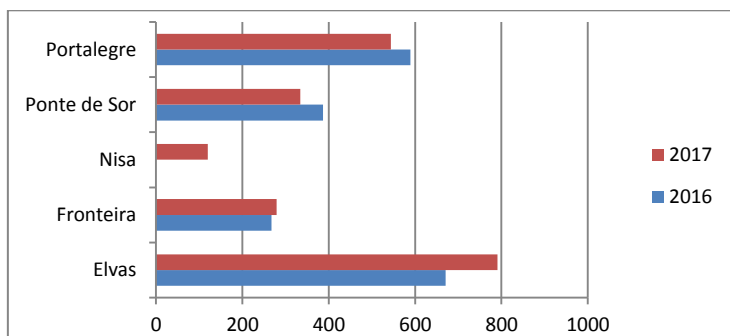
Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Portalegre) uma diminuição de novos processos de inquérito tal como resulta do quadro seguinte:

1º semestre - entradas por juízo local			
	2016	2017	% Diferença
Elvas	671	791	+ 17,9%
Fronteira	267	279	+ 4,5%
Nisa	0	120	
Ponte de Sor	387	334	- 13,7%
Portalegre	589	544	- 7,6%
Totais	1914	2068	



O número médio de processos entrados do decurso do primeiro trimestre, por magistrado, foi de 188 (2068 : 11), sendo que tal valor foi largamente ultrapassado em Fronteira (279), juízo local onde apenas está colocada uma magistrada do Ministério Público e onde não esteve em exercício de funções nenhum técnico de justiça.

A.3. PROCESSOS SUMÁRIOS:

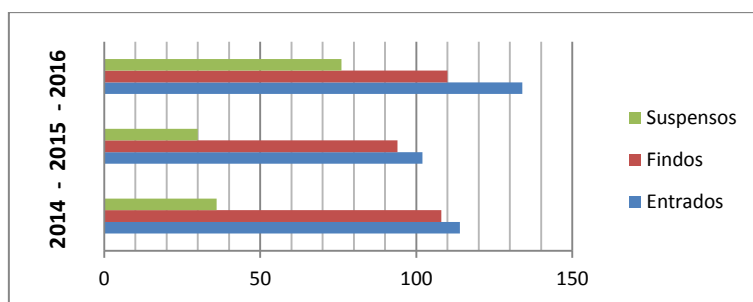
Também neste tipo de processos foi significativo o aumento de entradas e de suspensões provisórias decretadas face aos anos anteriores.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

1º semestre - comparação			
Inquéritos	2015	2016	2017
Transitados	41	38	65
Entrados	114	102	134
Findos	108	94	110
Suspensos	36	30	76



A maior parte destes processos correspondeu a crimes de condução de veículo em estado de embriaguez (83 processos – 61,9%) e a condução de veículo sem habilitação legal (30 processos – 22,4%).

As suspensões provisórias aumentaram 153% face a idêntico período do ano anterior.

A. 4. CRIMINALIDADE MAIS PARTICIPADA:

Apesar dos crimes participados terem aumentado no 1º semestre de 2017 face a idêntico período de 2016 (mais 8%), registou-se uma diminuição percentual dos crimes contra o património, contra as pessoas e dos previstos em legislação avulsa.

Com maior significado, registou-se um aumento nos crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado.

Assim:

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Crimes	2016	% ¹³	2017	% ¹⁴
Contra o património	927	48,4%	906	43,8%
Contra as pessoas	580	30,3%	604	29,2%
Previstos em legislação avulsa	218	11,4%	202	9,8%
Contra a vida em sociedade	100	5,2%	193	9,3%
Contra o Estado	48	2,5%	65	3,1%

A.5. CRIMES CONTRA AS PESSOAS:

Os crimes contra as pessoas centraram-se especialmente nos seguintes tipos legais:

Crimes contra as pessoas	2016	% ¹⁵	2017	% ¹⁶
Contra a liberdade e a autodeterminação sexual	42 ¹⁷	7,2%	22 ¹⁸	3,6%
Ofensa á integridade física	138	23,8%	180	29,8%
Violência doméstica	150	25,9%	150	24,8%
Maus tratos	18	3,1%	11	1,8%

Nestes crimes há ainda a registar um significativo aumento de participações por negligência médica, principalmente no juízo local de Portalegre (de 4 participações no 1º semestre de 2016 para 9 participações no 1º semestre de 2017)

¹³ Relativa ao nº de crimes participados no 1º semestre de 2016 (1914)

¹⁴ Relativa ao nº de crimes participados no 1º semestre de 2017 (2068)

¹⁵ Tendo por referência o número de crimes contra as pessoas participado em 2016 (580)

¹⁶ Tendo por referência o número de crimes contra as pessoas participado em 2017 (604)

¹⁷ Sendo 33 contra crianças

¹⁸ Sendo 13 contra crianças

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

B. CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

Os crimes de violência doméstica que vinham registando uma subida desde 2014, no 1º semestre do corrente ano representaram menos 1,1% da criminalidade participada, relativamente ao ano transacto.

Deram entrada 150 processos, tendo sido tramitados um total de 405 processos por este tipo de crime (151 + 254 vindos do ano anterior).

Destes terminaram com despacho de arquivamento 129 processos, despacho de acusação 30 processos (uma acusação para julgamento em tribunal coletivo, 25¹⁹ para julgamento em tribunal singular e 4 em processo sumaríssimo) e foram proferidos 69 despachos de suspensão provisória do processo.

Foram julgados 13 processos pela prática deste crime.

Os processos entrados distribuíram-se pelos juízos locais conforme quadro e taxas de litigância²⁰ que se indicam.

Juízo local	Processos entrados	Taxa de litigância
Elvas	53	1,70%
Fronteira	22	1,30%
Nisa	9	0,80%
Ponte de Sor	27	1,30%
Portalegre	39	1%

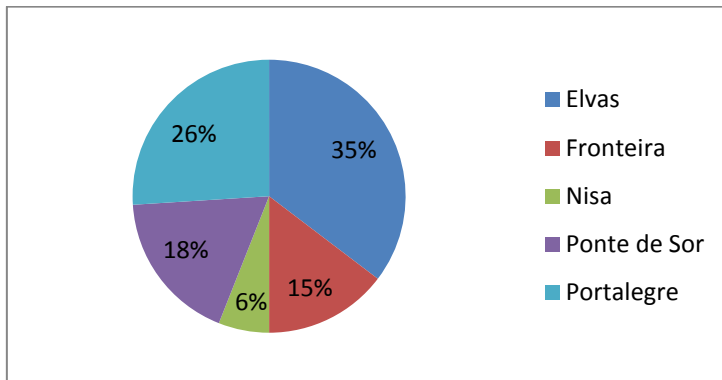
¹⁹ Tendo sido 10 por aplicação do disposto no art.º 16º, nº 3 do CPP

²⁰ A taxa de litigância indica o número de processos por 1.000 habitantes

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



B.1. CARACTERIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS PARTICIPADAS:

Na sequência do que já foi feito relativamente ao ano civil de 2016 (<http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/pagina/criminalidade-2016-crimes-de-violencia-domestica-0>) e com base na análise de 77 processos por violência doméstica²¹, iniciados em 2016/17 e terminados no 1º semestre deste ano (67 em relações de intimidade e 10 entre ascendentes/descendentes), fornecem-se agora os seguintes dados estatísticos.

B.1.1. Violência doméstica em relações de intimidade:

B.1.1.1 Perfil das vítimas e agressores:

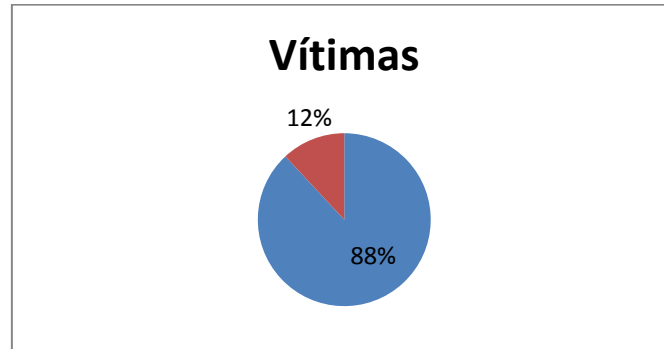
	Vítimas	Agressores
Mulheres	59	8
Homens	8	59

²¹ Fichas de VD – OS nº 2/16, de 10.01

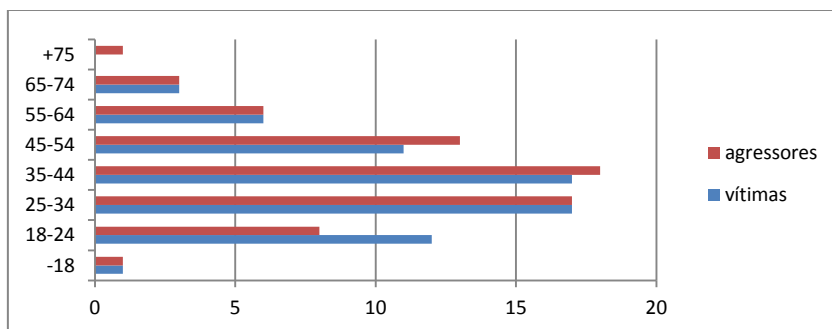
Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



Idade	Vítimas	Agressores
-18	1	1
18-24	12	8
25-34	17	17
35-44	17	18
45-54	11	13
55-64	6	6
65-74	3	3
+75	0	1



B.1.1.2.

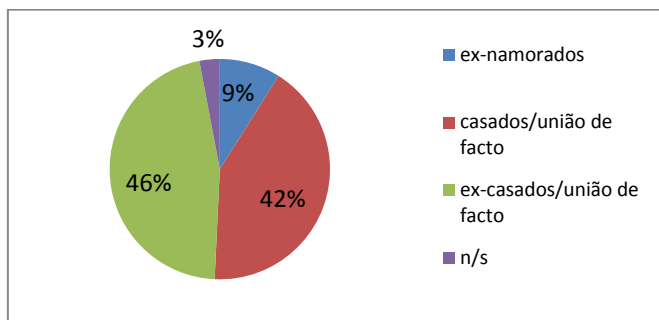
Estado da relação no momento dos factos:

Ex-namorados	6
Casados/união de facto	28
Ex-casados/ex-união de facto	31
N/s	2

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

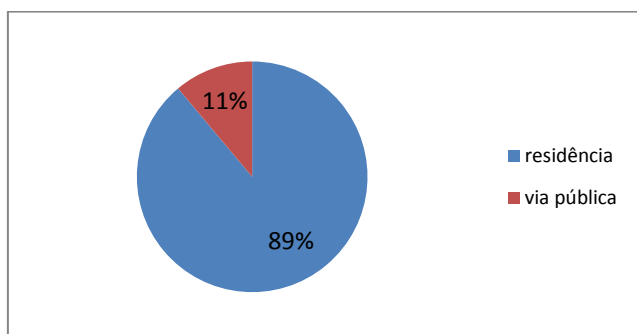
Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



B.1.1.3 Local dos factos

Residência	56
Via pública	7



B.2. RELAÇÕES ASCENDENTES/DESCENDENTES (10 CASOS)

B.2.1 Perfil das vítimas e agressores:

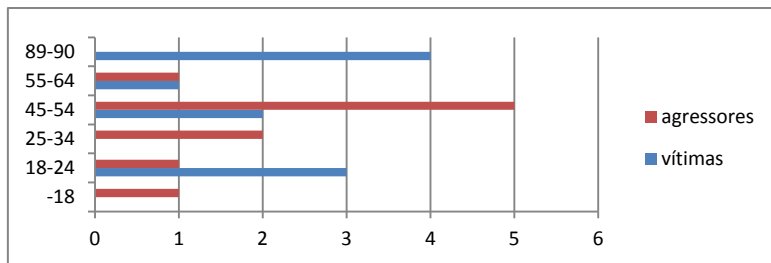
Ascendentes/descendentes	Vítimas	Agressores
Pais	6	6
Filhos	3	3
Avós	1	0
Netos	0	1

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

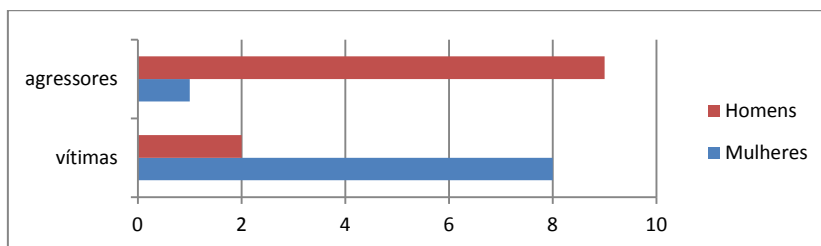
Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

	Vítimas	Agressores
-18	0	1
18-24	3	1
25-34	0	2
45-54	2	5
55-64	1	1
89-90	4	0



	Vítimas	Agressores
Mulheres	8	1
Homens	2	9



C. ACIDENTES DE TRABALHO:

No 1º semestre de 2017 foram participados ao Ministério Público mais 61,6% de acidentes de trabalho do que em idêntico período do ano de 2016 (de 86 participações para 139).

Registou-se apenas um acidente de trabalho com morte do sinistrado.

Foram homologadas 48 transações feitas na fase conciliatória do processo.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

D. URAV – UNIDADE DE REFLEXÃO E APOIO À VÍTIMA:

D.1. Criação da URAV

Na sequência de um protocolo estabelecido em 01.03.2017 com o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), foi criada junto do Ministério Público, com o apoio da Cruz Vermelha Portuguesa, uma **Unidade de Reflexão e Apoio à Vítima (URAV)**, a qual desde o dia 06 de março tem uma psicóloga, em regime de estágio profissional.

É orientadora de estágio a professora Maria José Martins, psicóloga e professora de mestrados na Escola Superior de Educação do IPP.

Este protocolo vigorará por um período de 12 meses, renováveis automaticamente por idênticos períodos se nenhuma das partes o denunciar.

D.2. Objetivos da URAV

A URAV tem por objetivos:

- a) Prestar apoio às vítimas de crimes de violência doméstica, maus tratos e contra a liberdade e autodeterminação sexual, assegurando a confidencialidade, o bom atendimento, a pronta intervenção e o acompanhamento das diferentes situações;
- b) Promover a estabilização emocional das vítimas;
- c) Realizar a avaliação de risco de reincidência e revitimização das vítimas;
- d) Coadjuvar as autoridades judiciárias, oficiais de justiça e órgãos de polícia criminal na abordagem de vítimas em situação de risco e especialmente vulneráveis (art.º 67º-A, nº 1 alínea b) e nº3 do Código de Processo Penal);
- e) Acompanhar as vítimas em sede de declarações para memória futura;

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

f) Apoiar as autoridades judiciárias em processos em que estejam em causa os direitos e o interesse de crianças e jovens;

g) Apoiar alunos do IPP vítimas de comportamentos abusivos e persecutórios em meio escolar;

h) Colaborar em projetos e estudos levados a cabo por cada uma das duas Instituições na área do apoio à vítima;

g) Colaborar em ações comuns de sensibilização, informação e prevenção.

A sua criação surgiu nomeadamente das dificuldades sentidas na comarca em dar resposta ao apoio psicológico gratuito, direito este concedido às vítimas nos termos do disposto na Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro - que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas (cfr. art.ºs 20º, 26º, 32º, 33º) e na Lei n.º 130/2015, de 04 de Setembro - que cria o Estatuto da Vítima (cfr. art.ºs 15º, 24º) e aos menores vítimas de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual sempre que estes sejam ouvidos para memória futura (art.º 271º, n.ºs 2 e 4 do CPP).

Tal apoio é igualmente importante na audição da criança, designadamente em processos de promoção e proteção de crianças (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, art.º 86º, nº 2).

D.3. Trabalho realizado

A importância da criação da URAV refletiu-se no trabalho já realizado desde a data da sua criação, o qual primou pela sua relevância nos processos, apoio ao magistrado na decisão e pela prontidão na resposta.

Com efeito, desde o início de funções a **06.03.2017 até 30.06.2017**, a URAV elaborou o seu próprio regulamento, efetuou a sua divulgação no distrito e foi solicitada para:

- a) 1 apoio informativo a vítima de comportamentos abusivos e persecutórios em meio escolar;

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

- b) 2 avaliações psicológicas de menor em processos de promoção e proteção (tempo de resposta desde a entrega da notificação à URAV à junção do relatório aos autos – 15 dias);
- c) 1 avaliação psicológica de menor em processo de inquérito pela prática de abuso sexual (tempo de resposta desde a entrega da notificação à URAV à junção do relatório aos autos – 30 dias);
- d) 1 apoio psicológico de menor em processo de incumprimento de responsabilidades parentais, com acompanhamento em tribunal e em 4 sessões individuais e semanais para apoio à menor e elaboração da informação solicitada (tempo de resposta desde a entrega da notificação à URAV à junção do relatório aos autos – 45 dias);
- e) 1 apoio a vítima de violência doméstica em declarações para memória futura.

E. O MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMUNIDADE:

E.1. Protocolo na área informática:

Foi ainda assinado a 23.01.2017 um protocolo com o Instituto Politécnico de Portalegre visando designadamente a colaboração no âmbito processual penal e contraordenacional, bem como noutros em que o Ministério Público intervenha, tendo em vista a realização de perícias informáticas de forma célere.

Nos termos desse protocolo, e a solicitação do Ministério Público no decurso da investigação criminal, cabe ao IPP identificar um especialista em informática que possa ser nomeado para realização da perícia pretendida.

E.2. Redes de violência doméstica:

A 24.01.2017 foram assinados dois protocolos para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género, com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, as 15 câmaras municipais do distrito de Portalegre, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Género, o Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre, a procuradoria da Comarca de Portalegre, a Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Alentejo, a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, as 15 CPCJ do distrito, o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre, o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Portalegre, o Instituto Politécnico de Portalegre, a Federação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, a Associação Portuguesa de Apoio a Vítima e a Cruz Vermelha Portuguesa.

Tais redes tiveram já reuniões, com a presença do Ministério Público, para delinear formas e objetivos de articulação e de actuação.

E.3. Esclarecimentos e ações de sensibilização à população:

Por iniciativa da Procuradoria da Comarca de Portalegre, foram realizadas várias ações de sensibilização junto de alunos de universidades/academias sénior, para divulgação dos direitos das vítimas de crime e direitos das vítimas especialmente vulneráveis²².

Tais ações decorreram, com o apoio das Câmaras Municipais, em Gavião, Sousel e Castelo de Vide.

Esta iniciativa abrangeu cerca de 160 pessoas.

²² Art.º 67º - A do CPP “a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social”. “As vítimas de criminalidade violenta e de criminalidade especialmente violenta são sempre consideradas vítimas especialmente vulneráveis para efeitos do disposto na alínea b) do nº 1”

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

IV. CONCLUSÃO:

1. No 1º semestre o quadro de magistrados do Ministério Público esteve, no essencial, preenchido.
2. O quadro de técnicos de justiça continuou a evidenciar um défice de 25%, o que acarretou prejuízos para o serviço do Ministério Público, com especial destaque para o tribunal de Fronteira e juízo de proximidade de Avis, onde não esteve colocado nenhum técnico de justiça, apesar de aí estar prevista a dotação de dois técnicos de justiça-adjuntos.
3. Tal facto foi salientado em reuniões da DGAJ e foi objeto de parecer aprovado pelo Conselho Consultivo da Comarca, remetido, entre outras entidades, à DGAJ, ao Conselho Superior da Magistratura e Conselho Superior do Ministério Público.
4. As perspectivas para o próximo semestre não são mais animadoras já que o projeto de movimento agora publicado não prevê a entrada de nenhum outro técnico de justiça, prevendo a saída de um e estando já previsto o fim do destacamento de dois oficiais de justiça que davam apoio aos juízos locais de Elvas e de Ponte de Sor.
5. Da análise das pendências processuais há a evidenciar uma franca melhoria na qualidade de resposta dos magistrados do Ministério Público, designadamente no que se reporta aos inquéritos criminais.
6. Pela primeira vez a **taxa de resolução** foi positiva, situando-se nos **116,8%**.
7. Verificou-se, face a idêntico período do ano anterior, um aumento de 8% da criminalidade participada.
8. Tal aumento centrou-se nos juízos locais de Elvas e de Fronteira.
9. Registou-se também um aumento na apresentação de arguidos em processo sumário.
10. O número de processos terminados na fase de inquérito com a prolação de despacho de suspensão provisória aumentou relativamente aos anos anteriores.
11. Os aumentos mais significativos da criminalidade participada ocorreu nos crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

12. Pela primeira vez desde 2014, a participação por crimes de violência doméstica registou uma ligeira diminuição (1,1% relativamente a idêntico período de tempo de 2016).
13. Á semelhança do já anteriormente realizado foi possível traçar uma caracterização de 77 ocorrências participadas por este tipo de crime e cujos processos foram terminados no primeiro semestre de 2017, relativamente a este tipo de crime.
14. Desta caracterização resulta que, tanto em relações de conjugalidade como em relações de ascendentes/descendentes, as principais vítimas foram mulheres.
15. Nas relações de conjugalidade o maior número de casos registou-se na residência, com vítimas e agressores entre os 25 e os 44 anos de idade, casados ou em união de facto ou com relações já terminadas.
16. Nas relações de ascendentes/descendentes o maior número de vítimas tinha entre 89 e 90 anos e o maior número de agressores entre os 45 e 54 anos de idade.
17. O número de participações por acidentes de trabalho aumentou 61,6% face ao primeiro semestre de 2016.
18. Em Março de 2017 foi criada junto dos serviços do Ministério Público, por protocolo com o Instituto Politécnico de Portalegre e com o apoio da Cruz Vermelha Portuguesa, uma **Unidade de Reflexão e Apoio à Vítima – URAV**.
19. A mesma tem por funções, designadamente, prestar apoio às vítimas de crimes de violência doméstica, maus tratos e contra a liberdade e autodeterminação sexual, promovendo a sua estabilização emocional das vítimas e avaliando os riscos de reincidência e revitimização; coadjuvar as autoridades judiciais, oficiais de justiça e órgãos de polícia criminal na abordagem de vítimas em situação de risco e especialmente vulneráveis; acompanhar as vítimas em sede de declarações para memória futura; apoiar as autoridades judiciais em processos em que estejam em causa os direitos e o interesse de crianças e jovens.
20. A URAV conta com a colaboração a tempo inteiro de uma psicóloga, em estágio profissional e com a orientação de uma psicóloga e professora da Escola Superior de Educação, do IPP:

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

21. Foi igualmente assinado com o IPP um protocolo viabilizando a realização de perícias informáticas no âmbito de processos-crime.
22. Durante o 1º semestre foram igualmente assinados dois protocolos para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género.
23. Foram realizadas ações de esclarecimento e sensibilização junto de universidades/academias sénior para divulgação dos direitos das vítimas com especial destaque para vítimas de crimes de violência doméstica e especialmente vulneráveis.

Portalegre, 13 de julho de 2017

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

(Maria João Lobo)